

A QUESTÃO DA IDENTIDADE E O LÓCUS DA VARIÇÃO/MUDANÇA¹ EM DIFERENTES ABORDAGENS SOCIOLINGÜÍSTICAS

Cristine Gorski Severo

(Doutoranda em Linguística, UFSC, crisgorski2@hotmail.com)

RESUMO: Este artigo trata da noção de identidade em diferentes tipos de pesquisa sociolingüística que elegem como objeto de estudo a variação/mudança, com o propósito de averiguar de que modo diferentes instâncias de análise correlacionam identidade e estabilidade ou variação/mudança lingüística. Para tanto, são expostos e discutidos os conceitos de comunidade de fala, redes sociais e comunidades de prática, enfatizando-se a maneira pela qual identidade e linguagem estão intrinsecamente vinculadas. Evidencia-se que o papel reservado à identidade dos falantes como força estabilizadora ou propulsora de mudanças é menor ou maior em função do tipo de análise (macro ou micro) e da unidade tomada como lócus de análise. Conclui-se salientando a pertinência de se considerar a noção de comunidade de prática para a explicação do fenômeno da variação/mudança nas pesquisas sociolingüísticas, uma vez que é nessa instância que a questão da identidade ganha mais visibilidade e força explanatória.

Palavras-chave: variação e mudança; identidade; comunidade de fala; redes sociais; comunidades de prática.

ABSTRACT: This article is about the notion of identity in different types of sociolinguistic research that have variation/change as object of study. The aim is to identify the way different levels of analysis correlate identity and stability or variation/change. For doing so, the following conceptions are discussed: speech community, social networks and communities of practice. It is emphasized in these notions the way identity and language are intrinsically associated. It is noted that the importance given to the speakers' identity as a motivation to linguistic stability or change is associated to the type of analysis (macro or micro) and to the unity taken as locus of analysis. The conclusion highlights the relevance of considering the notion of community of practice for the explanation of the variation/change phenomenon in sociolinguistic research, since it is in this level of analysis that the aspect of identity is more visible and gets more explanatory strength.

Key words: variation and change; identity; speech community; social networks; communities of practice.

1 Introdução

A busca pelo tratamento dado à identidade dos falantes por diferentes perspectivas sociolingüísticas é orientada pelas seguintes questões norteadoras: (i) Qual é a importância

¹ Por convenção, neste texto variação/mudança pode remeter a cada um dos processos isoladamente ou a ambos.

atribuída à identidade nas pesquisas sociolingüísticas que tratam de variação/mudança? (ii) Em que instância de análise a formação da identidade como motivadora de estabilidade ou de mudança lingüística é mais valorizada? Objetiva-se mostrar que, embora a noção de identidade seja freqüentemente acionada para explicar fenômenos de variação/mudança lingüística, a importância atribuída à (formação da) identidade é diferente conforme a instância tomada como lócus de análise. Assim, a identidade pode assumir tanto um papel secundário para a explicação do fenômeno lingüístico – o que ocorre com as pesquisas centradas na concepção de *comunidade de fala* –, como um papel prioritário no qual identidade e variação/mudança estão intrinsecamente vinculadas – o que ocorre com os estudos pautados na noção de *comunidade de prática* e, em grau menor, na noção de *redes sociais*.

O artigo se estrutura da seguinte maneira: primeiramente são expostas as perspectivas de estudos sociolingüísticos que se baseiam nas noções de comunidade de fala, de redes sociais e de comunidades de prática, situando o papel do indivíduo na explicação de fenômenos lingüísticos variáveis em cada uma dessas instâncias; em seguida, se discute a relevância da noção de identidade para os estudos da linguagem; finalmente, argumenta-se em favor da importância de se considerar a noção de comunidades de prática nas pesquisas sociolingüísticas, em razão do papel central que essa perspectiva de análise atribui à questão da identidade para a explicação do fenômeno da variação/mudança lingüística.

2 O lócus da variação/mudança: comunidades de fala, redes sociais, comunidades de prática

As pesquisas sociolingüísticas que tratam de variação/mudança se organizam metodologicamente em torno de dois níveis de análise: um, macro, de caráter mais quantitativo; e um micro, de caráter mais qualitativo. Ao primeiro costuma-se associar a noção de comunidade de fala; ao último, a de redes sociais e de comunidades de prática. Deve-se atentar, porém, que apesar dessas três instâncias de estudo da linguagem oscilarem de um nível macro para um nível micro de análise, é comum encontrar nas pesquisas sociolingüísticas variacionistas uma abordagem que reúne ambos os níveis, como mostram, por exemplo, os estudos de Labov (1972) na comunidade de Martha's Vineyard, em que a

identidade local dos falantes nativos da ilha mostrou-se fortemente atuante na manutenção do uso de certas variantes próprias daquele local.

Nos itens que compõem esta seção veremos: (i) as definições de comunidade de fala formuladas por Labov e por Gumperz – a primeira salientando o compartilhamento de normas pelos falantes e a segunda enfatizando a importância da interação e de aspectos lingüísticos para a delimitação da comunidade de fala; (ii) o conceito de redes sociais, desenvolvido em grande medida por Milroy e Milroy, que se pauta na teia de relações que cercam os indivíduos e que possuem papel central nos usos lingüísticos desses indivíduos; e (iii) a noção de comunidades de práticas, desenvolvida principalmente por Eckert, segundo a qual as variáveis lingüísticas assumem significado nas comunidades de práticas sociais onde se inscrevem os indivíduos.

2.1 Comunidade de fala

A noção de comunidade de fala, que surgiu nos estudos de lingüística histórica, filosofia da linguagem, antropologia, estruturalismo e dialectologia, adentrou o campo da sociolingüística a partir dos anos 1960, sendo amplamente utilizada a partir de então (PATRICK, 2004). Contudo, a definição de comunidade de fala não é consensual entre os sociolingüistas, como se pode observar nas concepções de Labov e de Gumperz, escolhidas para embasar a discussão aqui proposta por se assentarem em critérios diferenciados.

Labov, um dos precursores do uso da noção de comunidade de fala no âmbito da sociolingüística variacionista, considera que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua”² (1972, p.158). Cabe salientar que tais normas seriam observadas a partir de julgamentos de valor (positivo ou negativo) atribuídos conscientemente pelos falantes a certos usos lingüísticos, avaliações essas que teriam um caráter mais uniforme do que as formas lingüísticas, naturalmente heterogêneas, utilizadas. Como aponta Milroy (1997), subjacentes a essa concepção estão as idéias (i) de que as comunidades de fala possibilitam ao pesquisador entender as origens da mudança lingüística e (ii) de que a mudança não ocorre na abstração da linguagem, mas surge em

² As traduções ao longo deste texto são de minha responsabilidade.

decorrência das atividades dos falantes³. As pesquisas com comunidades de fala que seguem a orientação laboviana tendem a considerar os indivíduos de modo estratificado, através de categorias sociais dadas (incluindo escolaridade, gênero, idade, profissão, etc) vinculadas à idéia de classes sociais.

Note-se que essa noção ampla de comunidade de fala transforma o lócus do estudo da linguagem em uma “realidade” uniforme, construída teoricamente.

Uma outra definição de comunidade de fala é proposta por Gumperz, para quem a comunidade diz respeito a “qualquer agregado humano caracterizado por interações regulares e freqüentes, por meio de um corpo compartilhado de signos verbais, e diferenciado de agregados parecidos através de diferenças significativas de uso lingüístico” (1972 [1968], p. 219). Diferentemente de Labov, que prioriza as atitudes dos falantes, Gumperz pauta sua visão de comunidade de fala nos usos lingüísticos compartilhados por indivíduos que mantêm uma certa freqüência de interações. Nessa perspectiva, em uma mesma comunidade de fala, no sentido laboviano, podem existir várias outras comunidades. Assim, uma banda de música, um certo bairro ou associações comunitárias podem ser consideradas comunidades de fala no sentido que Gumperz atribui ao termo.

Como se pode perceber, Gumperz relativiza um conceito que Labov parece generalizar. Esse relativismo também se evidencia na afirmação de Gumperz (1972, p. 226) de que nem todos os indivíduos em uma mesma comunidade de fala possuem um controle igual sobre todas as variantes. Contudo, este autor não nega o fato de as comunidades de fala compartilharem normas sociais de uso da língua, como Labov defende, uma vez que os indivíduos são aceitos como integrantes do grupo na medida em que seus usos lingüísticos se adequam aos do grupo. Mas Gumperz aciona outros aspectos, como as interações face-a-face, as semelhanças lingüísticas e a lealdade lingüística, para definir a comunidade de fala. Com o foco nas interações sociais, alguns anos mais tarde Gumperz (1996) passa a definir a comunidade de fala como uma coletividade de redes sociais.

³ Em relação a essa segunda idéia, Milroy (1985; 1997) distingue dois processos – *inovação* e *mudança*: a inovação, centrada no ato individual, pode ou não se tornar parte do sistema lingüístico; caso isso ocorra, trata-se de uma mudança lingüística. A inovação do falante pode ser classificada em relação ao seu sucesso no processo de difusão: (i) a inovação pode falhar em relação à difusão além dos limites do próprio indivíduo; (ii) a inovação pode se difundir pela comunidade com a qual o falante possui contato; (iii) a inovação pode se difundir por uma dada comunidade e então se espalhar por outra comunidade através de algum inovador que possui ligações com ambas as comunidades. Nesse caso, os resultados são vistos como “mudança lingüística”. Note-se que os limites da provável difusão lingüística não podem ser estabelecidos, seja em termos de espaço e tempo ou em termos dos possíveis estados de língua e de sociedade que possam favorecer ou não a mudança.

Wardhaugh (2002) critica o conceito rígido e fechado formulado por Labov, defendendo uma noção bastante flexível e dinâmica de comunidade de fala. Essa flexibilidade, para o autor, está relacionada à noção de identidade: se os indivíduos mudam suas identidades, então eles também variam a sua forma de falar e o grupo ao qual pertencem. Assim, um mesmo indivíduo pode pertencer, dadas as circunstâncias, a diferentes comunidades de fala. Segue-se daí que, se as formas de vínculo social entre as pessoas são ilimitadas, a predição da comunidade de fala à qual um indivíduo pertenceria se torna impossível. A consequência da identificação dos indivíduos com diferentes grupos seria, segundo Wardhaugh (2002), a variação lingüística⁴. O conceito de comunidade de fala será retomado e discutido em 2.4.

2.2 Redes sociais

A noção de redes sociais foi desenvolvida por antropólogos sociais durante os anos 1960 e 1970, tendo sido importada para os estudos sobre a variação/mudança com a finalidade de explicar a relação entre os padrões da conservação do vernáculo e os de mudança, no decorrer do tempo (MILROY & GORDON, 2003). Trata-se de averiguar os mecanismos presentes nas comunidades que tanto facilitam como resistem à mudança (MILROY & MILROY, 1997), além de analisar a maneira pela qual os indivíduos fazem uso dos recursos de variabilidade lingüística que estão disponíveis a eles (MILROY, 1987). Em termos gerais, os estudos de redes sociais se pautam em duas premissas: (i) os indivíduos criam suas comunidades pessoais com o objetivo de organizar esquemas que os ajudem a resolver seus problemas diários (MILROY & GORDON, 2003); (ii) o “estudo da fala vernacular do indivíduo inserido no seu contexto social diário é uma tarefa importante para a sociolingüística” (MILROY, 1987, p. 177).

As redes sociais representam os graus de contato entre indivíduos que se relacionam informalmente, mediante duas propriedades – densidade e multiplicidade – resultando, de um lado, redes sociais densas e múltiplas; de outro lado, redes frouxas e com pouca multiplicidade.

⁴ Sobre a importância da variação individual, Johnstone (in MILROY & GORDON, 2003) ressalta que a variação no nível do indivíduo é muito mais intensa do que se costuma reconhecer. Para a autora, essa variação se deve ao fato de os indivíduos terem acesso a informações sobre o comportamento e as variedades lingüísticas de outros grupos sociais e culturas em virtude da mobilidade e da globalização existentes no mundo moderno.

Laços fortes constituem redes sociais *densas* – nas quais todos conhecem todos – e *múltiplas* – nas quais os indivíduos compartilham mais de um tipo de relação, como amizade e companheirismo profissional (MILROY & MILROY, 1997). Quanto mais densas e múltiplas forem as redes sociais, maior a probabilidade de elas operarem de forma normativa, uma vez que densidade em grau extremo tende a produzir homogeneidade de valores e de normas, incluindo as normas lingüísticas. Assim, as redes densas são responsáveis por uma certa estabilidade lingüística uma vez que se mantém o vernáculo local, com resistência a pressões lingüísticas e sociais de outros grupos. Exemplificando: os relacionamentos em sociedades tribais, vilarejos ou em comunidades de trabalhadores tendem a ser mais densos e múltiplos do que em sociedades industriais e urbanas (MILROY, 1987).

Por outro lado, laços fracos caracterizam redes com ligações interpessoais frouxas e com pouca multiplicidade as quais operam como canais de transmissão de inovação e de influência de uma rede densa sobre a outra, conectando os grupos coesos à sociedade ampla e estratificada (já as redes densas não operam como canais porque tendem a ser isoladas). Indivíduos pertencentes a redes frouxas desempenham importante papel na difusão da inovação por ocuparem uma posição periférica nos grupos coesos em função da mobilidade a que estão sujeitos e, assim, estarem mais expostos à influência da norma de prestígio (GRANOVETTER apud MILROY, 1987).

Um rompimento na estrutura densa de uma rede se associa a valores sociais atrelados às variáveis lingüísticas e abre caminho para uma mudança lingüística. Em uma rede social densa, os primeiros indivíduos a se adaptarem à inovação são aqueles que ocupam posição central em suas redes sociais e com quem os inovadores possuem estreitos laços de relacionamento. Entretanto, para que as inovações sejam aceitas pelo grupo, elas devem ser avaliadas positivamente e desejadas (MILROY, 1987).

Em suma, densidade e multiplicidade operam como indicadores das pressões das normas e valores sobre os indivíduos: quanto mais densa e múltipla for uma rede social, maior a estabilidade lingüística nesse grupo; quanto mais frouxa, mais sujeita a variações.

Um contraponto interessante pode-se estabelecer entre as noções de *redes sociais* e de *classes sociais*. Ambas propiciam diferentes olhares sobre a organização social: enquanto a primeira abarca as dimensões de cooperação e solidariedade no nível dos indivíduos em seus contatos diários (num método micro de análise), a segunda lida com estruturas hierárquicas da sociedade, com base em semelhanças relacionadas à ocupação, ao grau de escolaridade e a

características econômicas (num método macro de análise) (MILROY & MILROY, 1997; CHAMBERS, 1995).

Existe uma tensão entre as influências oriundas das redes de solidariedade e as baseadas nas classes e status social, tensão essa que se reflete nas escolhas lingüísticas dos indivíduos ao tentarem (ou não) reconciliar as ideologias de status social (normas de prestígio) e de sua rede de solidariedade (vernáculo local). Portanto, os comportamentos sociais dos indivíduos estão sujeitos, de maneiras diferenciadas, à atuação dessas duas variáveis. Milroy (1987) e Milroy & Milroy (1997) mostram evidências de que integrantes de uma rede densa tendem a ignorar conscientemente o funcionamento social mais amplo (baseado em status, classes e mobilidade), reafirmando sua cultura e seu vernáculo; e de que as redes sociais tendem a ter laços fortes em grupos de classe baixa e alta, e laços fracos em grupos de classe média.

Em termos metodológicos, as redes sociais podem ser analisadas como uma variável independente. Em seus estudos da comunidade de Belfast, por exemplo, Milroy (1987) controlou, ao lado das variáveis sociais clássicas idade, gênero e classe social, também as redes sociais. O autor verificou que, enquanto as variáveis clássicas permaneciam com valores de atuação constantes, quanto mais próxima fosse a rede de um indivíduo em relação à comunidade local, mais a sua linguagem se aproximava do vernáculo local.

Apesar de ter sido constatado em diversos trabalhos que o estudo da variação pautado nas redes sociais é mais efetivo no caso de redes densas e é limitado para explicar padrões de variação lingüística mais amplos, Milroy (1987; 2003) enumera quatro vantagens metodológicas para as pesquisas envolvendo redes: (i) é uma forma bastante útil para se estudar, com mais detalhes, grupos relativamente pequenos e auto-suficientes onde os falantes não são discriminados em função de classe ou status social; (ii) possibilita uma forma de análise em que as categorias de classe social são difíceis de ser utilizadas, como no estudo de minorias étnicas, migrantes, populações rurais, etc; (iii) oferece um procedimento para lidar com a variação no nível dos indivíduos ao invés do grupo; (iv) pode esclarecer a dinâmica social vinculada ao processo da variação/mudança lingüística. Por fim, o autor considera que as pesquisas envolvendo as redes sociais, por lidarem com os relacionamentos sociais informais dos indivíduos – e, por isso, poderem ser utilizadas universalmente –, tendem a ser menos etnocêntricas do que os estudos envolvendo classes ou castas.

2.3 Comunidade de prática

A noção de comunidade de prática utilizada como base teórico-metodológica para os estudos da variação lingüística foi introduzida nas pesquisas sobre linguagem e gênero por Eckert e McConnell-Ginet, em 1992 (MEYERHOFF & HOMES, 1999). Essa noção implica o estudo da variação entre indivíduos que compartilham práticas sociais ligadas ao processo de constituição de suas identidades; tais práticas, que caracterizam as comunidades de prática, são dinâmicas e complexas, o que difere essas comunidades das comunidades de fala que tendem a ser unidades homogêneas e estáticas. Citando Eckert (2000, p. 35):

Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se juntam em função de algum empreendimento. Unidas por esse empreendimento comum, as pessoas passam a desenvolver formas de fazer as coisas, formas de falar, crenças, valores – resumindo, práticas – como uma função do engajamento mútuo deles na atividade.

O pressuposto por detrás da noção de comunidades de práticas é que é através dessas práticas – envolvendo a questão da identidade – que a produção de significados sociais ocorre; tais significados são vinculados à linguagem. Trata-se, portanto, de espaços interacionais onde as identidades, tanto individuais como grupais, vão sendo construídas. É na comunidade de prática que as diferenças individuais são percebidas, recebem significado e são avaliadas; esses significados passam a ser compartilhados pelos membros dessa comunidade e são transportados para outras comunidades das quais aqueles membros também participam. E é o conjunto das comunidades de prática, em diferentes locais sociais, que constitui o grupo de práticas que são vistas como cultura de classe, cultura étnica, práticas de gênero, etc. (ECKERT, 2000)

A comunidade de prática se caracteriza por três aspectos: (i) engajamento mútuo; (ii) negociação de interesses e propósitos; (iii) troca de repertório entre os membros. O primeiro envolve as interações regulares; o segundo trata do processo de negociação em direção a um empreendimento maior, sendo que essas negociações refletem o entendimento dos participantes em relação a seus papéis na comunidade onde estão inseridos; o terceiro envolve o repertório compartilhado pelo grupo, como certos usos lingüísticos, gestos, rotinas, etc. (MEYERHOFF & HOMES, 1999)

Para exemplificar uma comunidade de prática, Eckert (2000) sugere a idéia de uma banda musical de garagem: as práticas que surgem no decorrer do trabalho coletivo dos

integrantes de uma banda de rock incluem a escolha do repertório musical, a atitude em relação a outros tipos de música, a visão que possuem de si mesmos frente a outras bandas, as formas de se vestir, as formas de se comportar em suas apresentações e em suas relações com outras bandas, as formas de desenvolver as canções, por fim, um certo estilo⁵. Assim, os integrantes da banda, mediante participação nessa comunidade, constroem suas identidades e, por tabela, a identidade da banda, que passa a ter certas características. Essas características se manifestam, também, nas interações dos membros com outras pessoas, em outros contextos. Além disso, cada membro da banda pertence a outras comunidades de prática, sejam conflituosas entre si ou não. Com isso, a identidade dos indivíduos é construída no processo de articulação e de envolvimento deles com as comunidades de prática das quais participam, e a identidade de cada comunidade surge a partir do processo de engajamento e envolvimento dos participantes.

Os indivíduos pertencem à comunidade de prática de maneiras variadas, de forma bastante engajada ou periférica. O nível de envolvimento na comunidade depende do quão bem os indivíduos adquiriram o repertório da comunidade de prática, assimilaram o objetivo do empreendimento compartilhado pela comunidade e estabeleceram padrões de relacionamento com os outros envolvidos (MEYERHOFF & HOMES, 1999). O envolvimento dos indivíduos nas comunidades está associado à construção das identidades deles em relação ao local que ocupam no mundo, o que, por sua vez, tem a ver com as categorias de gênero, profissão, idade, etnia, etc, as quais são “produzidas e reproduzidas através de suas formas diferenciadas de participação nas comunidades de prática. E essas categorias não são produzidas separadamente, mas são co-produzidas” (ECKERT, 2000, p. 40).

Por fim, a noção de comunidade de prática, como ferramenta metodológica e teórica, possibilita a explicação de fenômenos lingüísticos (variação) a partir de um olhar sobre o processo de formação de significados sociais – que ocorre em determinadas práticas sociais –, relacionado à constituição da identidade de grupos e indivíduos em interação. Nas palavras de Eckert (2000, p. 42-43):

O estudo do significado na variação sociolingüística é o estudo da relação entre variação e identidade [...] Significado social e identidade têm a ver com as formas de engajamento das pessoas em comunidades de prática e no mundo em geral.

⁵ Eckert (2000, p. 41) defende que a produção estilística (lingüística, comportamental, etc.) dos indivíduos e dos grupos é o terreno para a negociação do significado social e da identidade.

Linguagem e construção dos significados sociais são coincidentes: a variação não reflete um significado anterior; ela se inscreve no próprio processo de formação dos significados. A variação linguística está conectada ao engajamento e envolvimento dos indivíduos nas práticas sociais, onde os significados são negociados, criados ou mantidos.

2.4 Discussão

Como já foi visto, o conceito de comunidade de fala, basilar nos estudos sociolinguísticos variacionistas, está longe de ser consensual entre os pesquisadores e está bastante sujeito a críticas. Enquanto Gumperz incorpora à concepção de comunidade de fala as diferenças individuais e as interações entre os indivíduos, Labov, ao priorizar a noção uniforme e ampla de um grupo de indivíduos que compartilham normas sobre a língua, ignora as diferenças individuais. Algumas críticas podem ser feitas a essa concepção dita tradicional⁶ que reveste a comunidade de fala de um caráter de certa homogeneidade: (i) considerando que a dinâmica social é plural, heterogênea e conflituosa, dificilmente se encontrará uma comunidade de fala harmoniosa; (ii) a singularidade dos indivíduos é diluída, seja em prol da uniformidade do grupo, seja em prol da vinculação dos indivíduos a categorias previamente dadas, sem que se considere, por exemplo, a construção histórica e social dessas categorias.

Já os estudos baseados em uma metodologia que contempla como unidade de análise seja as redes sociais seja as comunidades de prática objetivam esclarecer de que maneira padrões sociolinguísticos mais gerais vinculam-se às práticas locais: (i) em relação às redes, procura-se avaliar como a manutenção ou a mudança de certos padrões linguísticos se conecta à densidade de relacionamentos entre os indivíduos de determinado grupo: (ii) no caso das comunidades de prática, trata-se de identificar os locais de interação ligados às práticas onde os significados sociais são vinculados à linguagem. Essas práticas ocorrem dentro de redes sociais que, dependendo da sua densidade, operam de forma normativa sobre o comportamento linguístico de seus integrantes. Outro ponto de aproximação entre as

⁶ Cumpre mencionar que, apesar de a noção tradicional de comunidade de fala estar atrelada à teoria laboviana, Labov não pauta suas pesquisas sobre variação/mudança unicamente nessa concepção, conforme apontado anteriormente. Exemplificando, os trabalhos em Martha's Vineyard (1972) e as pesquisas na Philadelphia (2001) consideram tanto a comunidade de fala (na qual os indivíduos são vistos como "categorias sociais" que envolvem gênero, idade, etc) como as identidades sociais desses indivíduos (suas histórias e seus papéis nas redes sociais às quais pertencem, notadamente quando se trata de identificar os líderes de mudanças).

abordagens centradas em redes sociais e em comunidades de práticas é que ambas compartilham a idéia da identificação do grau de integração dos indivíduos ao grupo, seja pela noção de densidade e multiplicidade (redes sociais), seja pela de ser membro (comunidade de prática).

Contudo, ambas as noções se diferenciam na medida em que (i) o método baseado nas redes sociais focaliza um indivíduo e, a partir dele, os laços de relacionamentos que ele trava com outros indivíduos; com isso, objetiva-se identificar de que modo os indivíduos se agrupam de forma a conservarem normas locais ou favorecerem a mudança; (ii) as comunidades de práticas focalizam indivíduos que se agrupam em torno de práticas compartilhadas onde significados locais e variantes linguísticas surgem. Enquanto a primeira tende a medir a quantidade de interação, a segunda avalia a qualidade da interação (MEYERHOFF & HOMES, 1999).

Por fim, observando-se comparativamente essas três instâncias tomadas como lócus da variação/mudança, sob a lente da questão da identidade, verifica-se que (i) enquanto a noção de comunidade de fala laboviana apaga (ou pelo menos minimiza) as diferenças individuais e parece deslocar o processo identificatório dos indivíduos para um segundo plano, (ii) as concepções de redes sociais e de comunidades de prática consideram, embora de formas diferentes, o processo de formação das identidades para localizar e explicar os fenômenos tanto da manutenção como da variação/mudança linguística. Esse segundo tipo de abordagem se evidencia tanto na definição de Gumperz (que se aproxima da noção de redes sociais), como nas de Mirloy & Mirloy e de Eckert. A questão da identidade e sua relação com a linguagem é discutida mais detalhadamente a seguir.

3 Constituição da identidade através da linguagem

Como vimos pontuando ao longo do texto, a relação entre linguagem e identidade é evidente, em diferentes graus de intensidade, nos estudos sociolinguísticos que tratam de variação/mudança. De fato, em grande medida as escolhas linguísticas dos indivíduos se vinculam ao processo identificatório destes, uma vez que “atos linguísticos são atos de identidade” (TABOURET-KELLER, 1997, p. 315). Tal processo abarca aspectos que envolvem gênero, etnia, faixa etária, classe social, práticas sociais, etc. Identidade, nesse caso, pode ser mais bem compreendida como “a negociação ativa da relação de um indivíduo com

as estruturas sociais mais amplas, na medida em que essa negociação é sinalizada através da linguagem e de outros meios semióticos” (MENDOZA-DENTON, 2004, p. 475). Essa relação pode ser notada em níveis diferentes seja (i) no nível das práticas sociais, nas quais, através do uso da linguagem, os indivíduos se engajam; (ii) no nível da rede de relacionamentos que atravessa a vida dos indivíduos; ou (iii) no nível mais macro, da relação entre as atitudes que os indivíduos tomam acerca da linguagem e o processo identificatório deles. Nas palavras de Tabouret-Keller (1997, p. 316):

Cada pessoa manipula diferentes camadas de identidades, formando redes mais ou menos complexas e envolvidas [...] Nós somos identificados, e nos identificamos, dentro do amplo espaço da sociedade do nosso tempo, dentro dos diferentes grupos – institucional, profissional, de amizades etc – aos quais pertencemos [...].

Pesquisas sociolinguísticas sobre variação/mudança que lidam com a relação entre linguagem e fatores sociais tentam explicar, de alguma forma, a maneira pela qual os indivíduos, ao fazerem uso de certas construções linguísticas, constroem suas identidades. Contudo, Mendoza-Denton (2004) critica em alguns estudos variacionistas a visão essencialista limitada a correlações estatísticas entre categorias sociais que estratificam os falantes (idade, gênero, escolaridade, etc) e o comportamento linguístico desses indivíduos. As críticas em relação a esse tipo de análise questionam as explicações para altas frequências de uso de certas variantes linguísticas, que se baseiam apenas em uma e/ou outra categoria (como, por exemplo, o uso de determinada variante estar vinculada à idade e à rejeição dos adolescentes em relação às normas dos adultos) e não consideram também a posição social dos indivíduos, a atuação deles e suas intenções. Para a autora, fatores como gênero, raça, ser brasileiro, argentino, etc devem ser considerados como construções sociais. Assim, os indivíduos devem ser vistos como agentes sociais inscritos em uma gama de práticas sociais através das quais eles constroem suas identidades.

Um mesmo indivíduo é atravessado por uma série de identidades, que não são estáticas, mas dinâmicas e interligadas: uma mesma pessoa se constitui como mulher, brasileira, profissional liberal, oriunda de uma determinada região do país, negra, etc. Ressalta-se que essas identidades são construídas em relação às diferentes pressões sociais (política, econômica, institucional e histórica) e interações sociais, o que significa que não são “categorias” fechadas em si mesmas, mas que permanecem em processo de transformação

constante, assim como a língua. (RAJAGOPALAN, 2001; MENDOZA-DENTON 2004; TABOURET-KELLER, 1997)

Uma saída para que as pesquisas sociolingüísticas variacionistas que lidam com a identidade sejam bem-sucedidas é apontada por Mendoza-Denton (2004), citando Certer e Sealy: considerar os indivíduos como atores sociais competentes, criativos, que fazem uso da linguagem em prol de seus próprios interesses. Essa visão se opõe ao entendimento quantitativo da variação. Em estudos etnográficos que focalizam tanto as práticas situadas como as orientações interacionais dos participantes, por exemplo, o pesquisador não mantém uma posição monológica mas dialógica com os seus interlocutores; isso significa que os usos lingüísticos do pesquisador também mudam em decorrência do seu interlocutor – trata-se, nesse caso, de levar em conta a construção mútua das identidades tanto dos pesquisadores como de seus interlocutores.

4 Conclusão

Este artigo abordou a questão da identidade em diferentes perspectivas sociolingüísticas identificadas de acordo com o lócus da variação/mudança – comunidade de fala, redes sociais e comunidades de prática –, evidenciando que, embora a noção de identidade esteja presente nessas três instâncias de análise, isso ocorre em diferentes graus.

No primeiro caso, num nível considerado macro, observa-se (i) uma certa homogeneidade subjacente à definição de comunidade de fala centrada em normas sociais compartilhadas em relação à língua, o que deixa em plano secundário o indivíduo; e (ii) a estratificação social dos falantes em categorias rígidas de classe, gênero, idade etc. No segundo caso, já num nível micro de análise, que pode ser complementar ao primeiro, há (i) um rompimento desse tipo de estratificação social ao se tentar captar e analisar os usos lingüísticos nas interações dos indivíduos com seus pares, porém (ii) a eficiência da explicação dos fenômenos de estabilidade e de variação/mudança tende a restringir-se aos tipos de redes de relacionamentos densas e múltiplas. Por último, também num nível micro de análise, considera-se que (i) as motivações para a variação/mudança estão intrinsecamente vinculadas ao processo de formação das identidades dos indivíduos, e (ii) esse processo ocorre através de práticas sociais nas quais os sujeitos se engajam, mediante o compartilhamento de valores, crenças etc, e trocas lingüísticas.

Para concluir: dado que identidade e linguagem implicam-se mutuamente, a sociolinguística não pode se limitar a um modelo essencialista que considera os indivíduos como categorias universais e previamente estabelecidas, sem levar em conta que essas categorias são construções históricas, políticas e sociais, através das quais os indivíduos constituem suas várias identidades. Da mesma forma que essas identidades são mutáveis, a língua também está sujeita a variações e mudanças, justamente porque linguagem e identidade estão mutuamente implicadas. Assim, argumenta-se em favor de que os trabalhos que tratam de variação/mudança devem contemplar as práticas sociais nas quais os indivíduos se engajam (para constituir suas identidades), pois é nessas comunidades de práticas que as variáveis assumem significado social e, a partir daí, se espalham (ou não) para o contexto social mais amplo.

Referências bibliográficas

- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.
- CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004.
- COULMAS, F (org). *The Handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997.
- ECKERT, P. *Linguistic Variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- GUMPERZ, J. [1968] The speech community. In: GIGLIOLI, P. (org.). *Language and social context*. Londres: Penguin Books, 1972. p. 219-231.
- GUMPERZ, John J. e LEVINSON, Stephen. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge, University Press, 1996.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MEYERHOFF, M.; HOMES, J. The Community of Practice: Theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society*, Cambridge: Cambridge University Press, vol. 28, n. 02, p. 173-183, 1999.
- MENDOZA-DENTON, N. Language and Identity. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), 2004. p.475-499.

- MILROY, J.; MILROY, L. Varieties and Variation. In: COULMAS, F. (org), 1997. p. 47-64.
- _____. Linguistic change, social network and speaker innovation. *Journals of Linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press, vol. 21, n. 02, p. 339-384, set. 1985.
- MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics – Method and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.
- PATRICK, P. L. The speech community. In: CHAMBERS, J.K.; TRUGDILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), 2004. p. 573-597.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (org.) *Língua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.21-46.
- TABOURET-KELLER, A. Language and Identity. In: COULMAS, F, 1997. p. 315-326.
- WARDHAUGH, R. *An introduction to sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 2002.